

**GESTÃO DE BENS COMUNS POR MEIO DA INOVAÇÃO SOCIAL: O CASO DO BANCO
COMUNITÁRIO DOS COCAIS**

MAGNO WILLAMS DE MACEDO FARIAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE (UFS)

JESSICA OLIVEIRA SOARES
UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA (UFV)

FLORENCE CAVALCANTI HEBER PEDREIRA DE FREITAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE (UFS)

GESTÃO DE BENS COMUNS POR MEIO DA INOVAÇÕES SOCIAL: O CASO DO BANCO COMUNITÁRIO DOS COCAIS

1. INTRODUÇÃO

A exclusão financeira tem afetado populações de diferentes locais em todo o mundo, principalmente pessoas que estão abaixo da linha da pobreza. Segundo Koku (2015) esse é um problema global, que perdura ao longo de anos e que seus efeitos têm se tornado cada vez mais sério. A falta de acesso a crédito ou até mesmo possuir uma conta bancária dificulta para populações de baixa renda receber remuneração ou qualquer tipo de pagamento, e é ainda mais difícil receber crédito (KOKU, 2015).

De acordo com Freitas (2013), ter a possibilidade de acessar crédito e outros serviços financeiros é entendido como uma questão essencial para a população, pois representa um dinamizador de atividades econômicas. No Brasil, segundo dados do IPEA (2011), 39,5% da população não possui nenhuma relação com o sistema bancário brasileiro. A região Nordeste apresenta o retrato mais alarmante entre todas as regiões com 52,6% da pessoas excluídas do sistema financeiro.

Diante desse cenário, comunidades e organizações da sociedade civil têm buscado soluções para o problema da exclusão financeira no Brasil, em especial, para o acesso a crédito, por meio de inovações que reconheçam um novo modelo de governança, pautados em solidariedade e reciprocidade locais (PISANO; LANGE; BERGER, 2015). Para Freitas (2013), essas inovações surgem em um contexto onde vem crescendo o número de ações e iniciativas com vistas ao combate à pobreza, por um lado, e onde, ao mesmo tempo, se acentua um mercado financeiro cada vez mais seletivo e oligopolizado.

Segundo Leal, Rigo e Andrade (2016), diante de tal situação é necessário que haja debates acerca de um sistema financeiro mais democrático para que possibilite o acesso a serviços financeiros às populações que vivem em condições de pobreza. Essa situação tem despertado para o surgimento de formas alternativas de inclusão a partir de organizações coletivas que são geridas pelos próprios moradores de determinadas localidades que enfrentam problemas de exclusão; essas formas alternativas são chamadas de finanças solidárias ou finanças de proximidade (RIGO; FRANÇA FILHO; LEAL, 2015).

Segundo Coelho (2003a), o campo das chamadas finanças solidárias representa as formas que possibilitam democratizar o sistema financeiro, pois procura adequar os produtos financeiros às reais necessidades da população, além de buscar o fortalecimento do trabalho social acumulado em cada território. Essas iniciativas vêm crescendo desde 2003, chegando a aproximadamente 1147 iniciativas em 2015, espalhadas por mais de 700 municípios em todo o Brasil (NESOL, 2016). Dentre as iniciativas que compõem o campo das finanças solidárias, vem ganhando destaque os chamados bancos comunitários de desenvolvimento (BCDs), uma forma inovadora que oferta serviços financeiros em territórios empobrecidos. Existem, segundo dados da Rede Brasileira de BCDs, 137 iniciativas espalhadas por diversos territórios em todo o Brasil.

Essas iniciativas são criadas e geridas pelos próprios moradores que, sentindo a necessidade de acessar serviços financeiros, se organizam coletivamente e resolvem criá-los. Esses empreendimentos caracterizam-se por representar modelos alternativos de governança, utilizando-se de uma multiplicidade de arranjos institucionais (LEAL; RIGO; ANDRADE, 2016). Segundo Ostrom (2000), essas organizações, que não se parecem nem com o Estado nem com organizações de mercados, ganharam a confiança de moradores de inúmeras comunidades para regularem sistemas de recursos, obtendo resultados positivos por longos períodos. Essas instituições exigem esforços na organização de ações coletivas devendo abordar uma série de problemas que estão relacionados ao acesso, à resolução de problemas de

compromisso, obtenção de benefícios coletivos e ao monitoramento da conformidade individual com o conjunto de regras estabelecidas (OSTROM, 2000).

Para Ostrom (2000), realizar estudos que foquem em como os indivíduos obtêm altos níveis de compromisso, como providenciam novas instituições e como monitoram a conformidade com um conjunto de regras estabelecidas na gestão de recursos de uso comum, deve contribuir para a compreensão de como os indivíduos lidam com esses problemas cruciais. Neste sentido, o objetivo geral do presente estudo é compreender a natureza da inovação e os desafios suscitados na gestão dos serviços de finanças solidárias realizados por meio de Bancos Comunitários como modalidade de um bem comum. Como objetivos específicos se buscará caracterizar a prática de gestão do BCD Cocais como gestão coletiva de bens comuns; esclarecer a natureza da inovação presente na prática dos BCDs; e identificar e descrever os desafios que se impõem na gestão de serviços financeiros como um bem comum. Para alcançar tal objetivo, foi realizado um estudo de caso único no Banco Comunitário Cocais, localizado no município de São João do Arraial, no Piauí.

O estudo visa contribuir teoricamente com a literatura do campo de finanças solidárias, visto que existem poucos estudos sobre as estratégias de acesso a recursos financeiros por meio de iniciativas organizadas pelos próprios moradores de um território. Em segundo lugar, a pesquisa pretende contribuir com o crescente, mas ainda incipiente, estudo no Brasil sobre a gestão coletiva de bens comuns, ampliando o campo de estudo, uma vez que a maioria das pesquisas nessa área estão voltadas para o estudo de recursos de propriedade comum abordando a problemática dos recursos naturais. Em terceiro, ao estudar os desafios que estão presentes na gestão de bens comuns pelos seus próprios usuários, esse trabalho possibilita avançar nos estudos de tal temática.

A presente pesquisa está estruturada em cinco tópicos. No primeiro tópico, é apresentado a introdução. No segundo, discorre-se sobre as diferenças entre inovação social e inovação tecnológica e gestão coletiva de bens comuns, que servirão como lente para observar o fenômeno estudado. No terceiro tópico, são retratados os procedimentos metodológicos. Na sequência apresentaremos, respectivamente a análise dos resultados e as considerações finais.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

O presente referencial teórico está dividido em duas partes. A primeira trata do tema da inovação distinguindo os aspectos relacionados a inovação tecnológica e os aspectos relacionados a inovação social. A segunda parte discute a questão dos bens comuns a partir dos achados de Ostrom (2000), apresentando os princípios de design de sua teoria e que neste trabalho servirão de lente para análise do objeto estudado.

2.1.1 Inovação como inovação tecnológica

A obra de Schumpeter, intitulada “Teoria do Desenvolvimento Econômico”, publicada pela primeira vez em 1911, marcou significativamente a trajetória da inovação. Para a maior parte dos pesquisadores, Schumpeter foi responsável pela introdução do tema na agenda de pesquisadores e profissionais da área, sendo considerado o “padrinho” deste campo (TIDD; BESSANT; PAVITT, 2005).

Embora a inovação tenha grande importância para empresas, países e, principalmente para o desenvolvimento econômico, é só a partir dos anos 60 que por meio de uma série de estudos empíricos o significado do termo “inovação” passou a ser mais bem compreendido (CASSIOLATTO; LASTRES, 2005). Sendo, hoje, amplamente aceito, vindo a se tornar o foco de discussões em muitas organizações (CORAL; GEISLER, 2008; TROTT, 2012), além de ser estudado por uma série de campos (CROSSAN; APAYDIN, 2010; SILVA; BAGNO; SALERNO, 2014).

De forma abrangente a inovação é definida pela OCDE (1997, p. 55) como “a implantação de um produto (bem ou serviço) novo ou significativamente melhorado, ou um processo, ou um

novo método de marketing, ou um novo método organizacional nas práticas de negócios”, podendo ser sua implantação estendida ainda para a organização local de trabalho ou nas relações externas (OCDE, 1997).

Segundo Terborgh (1950), a inovação está estritamente ligada à empresa privada, sendo ainda a civilização tecnológica moderna um produto de suas inovações. A inovação tecnológica tem o potencial de levar companhias inovadoras a ganhos substanciais que, sem as mesmas, não seria possível (TROTT, 2012), ela surge como uma ideia que na sequência é transformada em uma invenção, sendo na sequência colocada no mercado para ser explorada (IDD, 2001; GARCIA; CALANTONE, 2002; TIDD; BESSANT; PAVITT, 2005; STEWART; FENN, 2006; DAVILA; EPSTEIN; SHELTON, 2007; KOULOPOULOS, 2011; PLANING, 2017).

O campo de estudo da inovação esteve quase que exclusivamente voltado para o campo da tecnologia (ANDRÉ; ABREU, 2006), no entanto, nos últimos anos a inovação social vem ganhando destaque na agenda de pesquisadores e profissionais de todo o mundo, vindo a ser considerada como um tema acadêmico emergente e uma prática em rápida expansão, consolidando-se em um importante campo de pesquisa (LETTICE; PAREKH, 2010).

Seu surgimento é retratado de forma contraditória por alguns estudiosos da área. Segundo Adion (2014) e Bignetti (2011), os estudos sobre inovação social são decorrentes da ampliação dos estudos sobre inovação advindos do trabalho do economista Joseph Schumpeter e posteriores ao surgimento de estudos sobre a inovação tecnológica. Entretanto, Edwards-Schachter e Wallace (2017) afirmam que o termo inovação social foi utilizado em período anterior ao surgimento da inovação tecnológica. Em seus estudos, os autores apontam que Drucker, em 1957, mencionou que o termo inovação social teria mais de 200 anos, os autores também encontraram menção ao termo inovação social em trabalhos datados no período de 1921, 1940 e 1949.

Edwards-Schachter e Wallace (2017) afirmam que a confusão apresentada sobre o surgimento da inovação social pode ser reflexo do rápido desenvolvimento do campo enfrentado na última década, o que leva alguns pesquisadores a pensar que o campo é recente. Esse rápido crescimento nos últimos anos é resultado de uma série de estudos de caso descritivos, somados ao aparecimento de incontáveis conceitos, definições, configurações de pesquisa e teorias sobre inovação social (VAN DER HAVE; RUBALCABA, 2016; CORREIA; OLIVEIRA; GOMES, 2016).

Tamanha infinidade de conceitos tem gerado dificuldades na obtenção de uma definição que seja unânime entre os estudiosos e praticantes da área, provocando certa fragmentação do campo (POL; VILLE, 2009; DAWSON; DANIEL, 2010; BIGNETTI, 2011; CAJAÍBA-SANTANA, 2014; CORREIA; OLIVEIRA; GOMES, 2016). Por outro lado, essa imprecisão no conceito possibilita a conexão com diferentes abordagens e associação a inúmeras disciplinas (VAN DER HAVE; RUBALCABA, 2016).

Importante ressaltar que esses aspectos têm gerado uma série de definições e conceitos distorcidos, na maioria dos casos, de uma solução clara para problemas sociais. Grande parte da literatura tem aproximado o conceito de inovação social ao conceito de inovação tecnológica, enxergando nos problemas sociais nichos de mercados, desconsiderando os reais problemas de exclusão sofridos por parte da população, além de subjugar as capacidades dos atores presentes nos territórios em encontrar e desenvolver coletivamente a solução para seus próprios problemas.

Cloutier (2003), André e Abreu (2006), Mulgan (2006) e Gregoire (2016) definem inovação social como uma nova solução ou respostas socialmente reconhecidas a um status social negativo, manifestado em todos os setores da sociedade com o objetivo de gerar mudança social. Para Pisano, Lange, Berger (2015), Farfus e Rocha (2007), Pol e Ville (2009) e Herrera (2015) as inovações sociais são novas soluções (produtos, serviços, modelos, mercados, processos, etc.) que atendem ao mesmo tempo a uma necessidade social (mais efetivamente do

que as soluções existentes) e levam a novas e melhores capacidades de relacionamentos e melhor uso de recursos. Tal definição dá ênfase na construção de soluções que maximizem os resultados dos investimentos trazendo melhorias para a sociedade e retornos para seus desenvolvedores, relacionando o conceito de inovação social a ganho de mercado.

Alguns autores como Diogo (2010) e Bignetti (2011) demonstram em seus trabalhos a preocupação com a aproximação dos conceitos de inovação social dos conceitos de inovação tecnológica. Preocupação compartilhada por França Filho (2016; 2017) que argumenta que o termo inovação social vem sofrendo uma espécie de banalização do seu conceito, sendo aplicadas as práticas sociais e econômicas, mercantis e não mercantis atribuídas ao meio das empresas, das instituições públicas, da sociedade civil ou do meio popular.

Com o intuito de identificar a natureza da inovação presente nas práticas dos BCDs, a seguir, serão apresentadas algumas características/parâmetros que possibilitem diferenciar a inovação tecnológica da inovação social e que serviram de referência para realização da pesquisa de campo do presente trabalho.

2.1.3 Inovação social versus inovação tecnológica

Se existe inovação nas práticas de finanças solidárias, em especial nas práticas dos BCDs, é importante distingui-la, pois essa separação permite identificar a produção de novas ideias que surgem com o objetivo/finalidade de obter lucro financeiro, da produção de novas ideias que surgem com a preocupação de resolver um problema social que está acima dos interesses estritamente de mercado (POL; VILLE, 2009; SILVA, 2011).

Neste sentido André e Abreu (2006), Rollin e Vicente (2007) e Gregorie (2016), argumentam que a inovação tecnológica é guiada pelo mercado na busca da obtenção de lucro, onde a inovação é fruto da necessidade de evitar ameaças e riscos advindos da concorrência ou na busca de oportunidades que as coloquem à frente de seus concorrentes. Enquanto que na inovação social a busca por inovar advém da urgência de superar adversidades e riscos sofridos por determinados grupos sociais.

Gutiérrez (2008) indica quatro recursos que caminham na direção de apontar diferenças substanciais entre a inovação social e a inovação tecnológica. O primeiro está relacionado à utilização de fatores, enquanto a inovação tecnológica é intensiva em capital financeiro, a inovação social é acentuada em capital intelectual (humano e relacional). Em relação a sua orientação, a inovação tecnológica é monopolista e visa altas rentabilidades, por outro lado, a inovação social está direcionada a resolver situações, com baixo custo e grandes impactos, de necessidades amplas de grupos sociais, ou seja, visa à resolução de problemas sociais. O terceiro recurso está relacionado à proteção da inovação; na inovação tecnológica, existe a alta proteção da inovação para que ela possa garantir o retorno no investimento, além de fortalecer o monopólio da apropriação dessa inovação. Na contramão desta visão a inovação social possui baixa proteção, sendo requisito para atingir sua finalidade a divulgação de tal inovação para outras comunidades. A complexidade também é apontada como um fator que distingue as inovações, visto que na inovação tecnológica há um crescimento a nível tecnológico e na inovação social esse crescimento é a nível relacional.

França Filho (2016, 2017) apresenta quatro parâmetros pelos quais é possível compreender a natureza da inovação investigada. Os parâmetros suscitados pelo autor apontam critérios específicos, são eles: 1) finalidade - social versus econômica; 2) o modo de acesso - mecanismo de mercado versus mecanismos criados pela sociedade civil; 3) o modo de uso ou apropriação - modo técnico versus modo social; 4) o modo de geração ou origem da inovação - agentes externos versus próprios utilizadores ou pela coconstrução envolvendo agentes externos e os utilizadores.

Para Bignetti (2011), existem ao menos cinco pontos em que a inovação social se difere da inovação tecnológica. Elas se diferem principalmente em função da sua finalidade/valor (criação de valor versus apropriação do valor); da sua estratégia (cooperação versus vantagens

competitivas); do seu lócus (empresas versus ações comunitárias); do seu processo de desenvolvimento (dentro para fora versus participação dos beneficiários); e pela difusão do conhecimento (proteção versus difusão).

Diante das principais características apontadas pelos autores acima mencionados, podemos destacar que existe um consenso entre ambos, que o principal e substancial ponto que diferencia os dois tipos de inovações está relacionado à sua finalidade, que para inovação social é a busca do atendimento a uma demanda social não respondida pelo mercado e/ou pelo estado, e para inovação tecnológica é a busca constante de retornos financeiros cada vez maiores.

2.2 Gestão coletiva de bens comuns

Elinor Ostrom, com objetivo de entender como usuários de um determinado recurso organizavam-se coletivamente de forma eficiente, a partir da criação de instituições autogeridas, para melhor administrar seus recursos com objetivo de aumentar seus rendimentos, além de evitar sua escassez a médio e longo prazo, analisou uma série de casos empíricos advindo de diversas áreas do conhecimento que haviam estudado casos com objetivo similar, tanto de sucesso, como de fracasso, identificando os pontos convergentes no design dessas instituições que pudessem servir para elaboração de uma teoria empírica sobre a governança de recursos de propriedade comum por seus apropriadores (usuários).

Seu trabalho intitulado o “Governo de Bens Comuns: a evolução das instituições de ação coletiva” lhe rendeu, em 2009, o Prêmio Nobel de Economia, por sua significativa contribuição para o entendimento do estudo de governança por parte de instituições de propriedade coletiva, que buscam atender de forma satisfatória as necessidades de seus usuários. Seu estudo serviu de contraponto à “tragédia de bens comuns” elaborada por Garret Hardin (1968).

Hardin (1968) publicou artigo afirmando que, onde existiam vários usuários utilizando ao mesmo tempo um recurso escasso o resultado seria a destruição, no curto prazo, desse recurso. Para ilustrar tal afirmação o autor utilizou o exemplo de um pasto aberto de uso comum, onde cada pastor colocaria nesse pasto uma quantidade cada vez maior de animais com o objetivo de aumentar seu lucro privado sem levar em consideração a quantidade de animais que esse bem comum poderia suportar. Como cada pastor, agindo racionalmente, iria pensar unicamente em seus ganhos sem levar em consideração a necessidade de outros utilizadores e o nível suportável a médio e longo prazo da área do pasto, esse cenário levaria à destruição deste bem comum em um curto período (HARDIN, 1968). Para resolver essa “tragédia”, tanto Hardin (1968), como outros teóricos e analistas de políticas – aliás, é a visão predominante, tanto em pesquisas acadêmicas quanto na elaboração e implantação de políticas – afirmam que a solução para essa tragédia pode acontecer por duas vias: a primeira é por meio do estabelecimento de regras e monitoramento via Estado, e a segunda por meio da privatização destes recursos comuns. Ostrom (2000), no entanto, demonstra que essas vias, embora em determinado contexto possa amenizar o problema da “tragédia dos bens comuns”, também possuem falhas na gestão desses recursos que devem ser levadas em consideração.

Segundo Ostrom (2000) em relação a um governo, seja de âmbito nacional, regional ou municipal, ele, na maioria das vezes, não possui as informações necessárias para elaborar as regras e punições para os infratores que permita a utilização desse bem comum de forma a satisfazer as necessidades de todos os usuários, garantindo sua durabilidade em longo prazo. Leis e punições mal elaboradas permitem o uso de forma desigual entre seus utilizadores, o que levaria aqueles que se sentem prejudicados a buscar formas de burlar as leis, contando, inclusive, com a ajuda de funcionários instituídos pelo estado. Quanto à privatização dessas áreas, não haveria garantias que a empresa não as utilizasse de forma desordenada com o objetivo de maximizar seu lucro em um curto período, levando à degradação desse bem comum que se tornara privado. Outro problema relacionado à privatização é que um bem que antes servia a uma quantidade de pessoas, agora passará a ser propriedade de um único ou poucos

indivíduos, ou uma única ou poucas empresas, excluindo a maior parte dos usuários que antes dependia desse recurso.

Ostrom (2000) afirma que não descarta a utilidade dessas duas formas de gestão de recursos, mas discorda que sejam as únicas maneiras de garantir a sua sustentabilidade e continuidade ao longo do tempo. Neste sentido, Ostrom (2000) apresenta em seu estudo uma série de conjecturas que permitem entender como indivíduos usuários de um mesmo bem comum se organizam e governam de forma coletiva seus recursos com o intuito de obter benefícios coletivos sem cair na tentação de desertar e quebrar os compromissos assumidos coletivamente para o usufruto daquele bem. O estudo contribui ainda para a compreensão dos fatores que podem melhorar ou prejudicar as capacidades dos indivíduos em realizar ações coletivas para ofertar esses bens (OSTROM, 2000).

Para Ostrom (2000), a possibilidade dos próprios usuários dos recursos estabelecerem as regras e entrarem em comum acordo, para o uso do recurso, de forma que os conserve em longo prazo, é ignorada pela literatura de análise de políticas públicas, como também pela teoria formal. Ao analisar mais de cinco mil casos, Ostrom (2000) identificou os princípios de design (Quadro 1) implícitos das instituições usadas pelos utilizadores que conseguiram gerenciar seus próprios sistemas de recursos de propriedade comum (RPC) por vastos períodos. Por princípio de design Ostrom (2000, p. 90) quer dizer, “um elemento ou condição essencial que ajuda a explicar o sucesso dessas instituições na manutenção dos recursos de propriedade comum e no cumprimento das regras de uso de geração após geração de apropriadores”.

Quadro 1 - Princípios de design identificados por Ostrom

Princípios	Descrição
Limites claramente definidos	Os indivíduos ou famílias que têm direitos para retirar unidades de recurso do RPC devem ser bem definidos, assim como os limites do RPC.
Congruência entre regras de apropriação e provisão e condições locais	Regras de aceitação que restringem o período, o lugar, a tecnologia, e / ou a quantidade de unidades de recursos são enviadas para as condições locais e para as máquinas profissionais que requerem trabalho, material e / ou dinheiro.
Arranjos de escolha coletiva	A maioria dos indivíduos afetados pelas regras operacionais pode participar na modificação das mesmas.
Monitoramento	Os monitores, que controlam ativamente as condições de RPC e o comportamento do apropriador, são responsáveis perante os apropriadores ou são os próprios apropriadores.
Sanções graduadas	Os apropriadores que violam as regras operacionais provavelmente serão avaliados por sanções graduadas (dependendo da seriedade e do contexto da infração) por outros apropriadores, por funcionários responsáveis por esses apropriadores ou por ambos.
Mecanismos de resolução de conflitos	Os apropriadores e seus funcionários têm acesso rápido a arenas locais de baixo custo para resolver conflitos entre apropriadores ou entre apropriadores e funcionários.
Reconhecimento mínimo de direitos de organização	Os direitos dos apropriadores para elaborar suas próprias instituições não são desafiados pelas autoridades governamentais externas.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Ostrom (2010).

Para finalizar, Ostrom (2000 p, 210) argumenta que “projetar e adotar novas instituições para resolver problemas de RPC são tarefas difíceis, independentemente de quão homogêneo

seja o grupo, quão bem informados sejam os membros sobre as condições de seu RPC, e quão profundamente enraizadas são as normas generalizadas de reciprocidade”.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Com o objetivo de compreender a natureza da inovação e os desafios suscitados na gestão de serviços de finanças solidárias, realizados por meio de Bancos Comunitários como modalidade de um bem comum, o presente estudo alinha-se à perspectiva fenomenológica (interpretativista) que, segundo Collis e Hussey (2005), direciona seu interesse em compreender o comportamento humano a partir da estrutura de referência do participante. Dessa forma, justifica-se a escolha por uma abordagem qualitativa, pois, tal proposta enfatiza os aspectos subjetivos da atividade humana, focando o significado e não a mensuração de fenômenos sociais (COLLIS e HUSSEY, 2005). Neste sentido, a abordagem qualitativa busca detalhar a forma como as pessoas constroem o mundo à sua volta, o que estão fazendo ou o que lhe está acontecendo em termos que tenham sentido e que ofereçam uma visão rica (FLICK, 2009, p. 8). Desta forma, compreende-se a necessidade de explorar tal tema, visto que os estudos até então sobre a gestão de recursos comuns por seus interessados, pouco extrapolou a ênfase dos recursos naturais, tornando-se relevante entender como uma comunidade se organiza de forma coletiva para gerir seus próprios recursos financeiros por meio de inovações, e quais os desafios que se impõem na realização de tal gestão. Para isso, adota-se uma pesquisa do tipo exploratória e descritiva, com o intuito de entender o fenômeno que se estuda, além de descrever com maior detalhe questões que circundam o fenômeno estudado e de documentar informações que contradizem as crenças anteriores sobre um assunto (SAUNDERS; LEWIS; THORNHILL, 2007). No caso específico do presente trabalho, a crença é que, só é possível a gestão de determinados recursos por meio da empresa privada e/ou do Estado.

Em relação à estratégia de pesquisa, utiliza-se nesta investigação o estudo de caso. Este justifica-se pelo fato de permitir o estudo de fenômenos contemporâneos em seu contexto de mundo real, em especial, quando as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não estão claramente delineadas (YIN, 2015). Ainda segundo Yin (2015), sua utilização vem do desejo de descrever de forma profunda e de entender fenômenos sociais complexos. Especificamente, a pesquisa apresenta a estratégia de estudo de caso único, escolhida por permitir o estudo mais aprofundado do fenômeno.

Em relação a sua delimitação esta pesquisa está ligada à definição da unidade de análise. Segundo Collis e Hussey (2005, p. 121), unidade de análise são “os tipos de casos que se referem às variáveis ou aos fenômenos em estudo, bem como o problema de pesquisa e sobre os quais são coletados e analisados os dados”. No caso do presente projeto foram escolhidas como unidade de análise as práticas envolvidas na gestão coletiva de um bem comum, realizadas de forma coletiva por um grupo de usuários por meio de um banco comunitário de desenvolvimento.

Os critérios para escolha do caso são especificados abaixo:

- 1) Ter mais de 5 anos em operação;
- 2) Estar funcionando regularmente desde sua criação;
- 3) Possuir conselho gestor ativo.

Para a coleta de dados foram utilizados a combinação de três ferramentas: entrevista semiestruturada, análise documental e observação não-participante. Esta combinação de ferramentas é chamada de triangulação. Segundo Saunders, Lewis, Thornhill (2007), a triangulação refere-se ao uso de diferentes técnicas de coleta de dados dentro de um estudo, a fim de garantir que os dados estejam dizendo o que você acha que eles estão verdadeiramente falando.

A entrevista semiestruturada representa uma ampla categoria de entrevista em que o entrevistador começa com um conjunto de questões, mas está preparado para mudar a ordem em que as perguntas são feitas e para fazer novas perguntas no contexto da situação da pesquisa, caso seja necessário e conveniente (SAUNDERS; LEWIS; THORNHILL, 2007). Segundo Yin (2015), as entrevistas são uma fonte de evidências essenciais para o estudo de caso.

As categorias e elementos de análise da pesquisa (quadro 2), extraídos dos objetivos específicos, serviram de base para elaboração do roteiro de entrevistas. As entrevistas foram realizadas com os membros que estão diretamente ligados à gestão do Banco Comunitário Cocais (coordenadora geral, gerente, agentes de créditos e membros do conselho gestor do banco). A escolha desse grupo de entrevistados deve-se ao fato de todos participarem ativamente das decisões da organização, além de serem as pessoas que possuem a memória viva do empreendimento. A coleta de dados ocorreu entre os meses de outubro e dezembro de 2017. Foram entrevistados 9 membros do conselho gestor do Banco dos Cocais, além de 1 morador que foi um dos primeiros a acessar o serviço do banco comunitário. As entrevistas foram realizadas na sede do banco comunitário que fica localizada no município de São João do Arraial, no Piauí. O tempo estimado para cada entrevista foi de aproximadamente 60 minutos, totalizando 9 horas e 45 minutos de entrevistas. Essas entrevistas foram gravadas e, na sequência, foram transcritas literalmente, sendo os entrevistados identificados por letras.

Como mencionado anteriormente, além das entrevistas foi realizada pesquisa documental, que para Godoy (1995), a utilização de pesquisa documental como fonte de evidências traz contribuições significativas para o estudo de alguns temas. No estudo, foram analisados documentos como relatórios de atividades, atas de reunião do CAC, regulamentos, projetos elaborados, registros de formações, reportagens e pesquisas, leis municipais, estatuto do Centro Cocais, que possibilitaram uma melhor compreensão do contexto em que se insere essa iniciativa, a efetividade de suas ações e dos serviços prestados, além de complementar as informações que resultaram das entrevistas e, que, por motivo de esquecimento, não tenham sido mencionadas no momento de sua realização ou foram mencionadas de forma incompleta.

Em relação a observação, ela é considerada uma técnica de coleta de dados que pode se tornar esclarecedora e ao mesmo tempo aumentar consideravelmente a riqueza dos dados de uma pesquisa (SAUNDERS; LEWIS; THORNHILL, 2007). Nesse estudo, foi adotada a técnica de observador completo, onde o pesquisador observa sem participar (CRESWELL, 2010). As observações realizadas pelo pesquisador aconteceram na reunião do conselho gestor, na reunião do conselho de avaliação de crédito e no acompanhamento do dia a dia do banco durante o período das entrevistas.

Para a análise dos dados, foi utilizada a análise de conteúdo, que segundo Laville e Dionne (1999) permite abordar uma diversidade de objetivos de investigação, como atitudes, valores, representações, mentalidades, ideologias. Também abarca estudos sobre embates políticos, estratégia para esclarecer fenômenos sociais. Assim, os conteúdos dos dados coletados nas entrevistas, na observação e nos documentos, foram organizados de forma complementar, de acordo com os temas (categorias e elementos de análise, quadro 2) e, após sua análise, foram comparados à construção teórica elaborada para verificar se há verdadeiramente correspondência entre a construção teórica e a situação observada.

O quadro abaixo apresenta as categorias e elementos de análise utilizados como base para a pesquisa:

Quadro 2 - Categorias e elementos de análise da pesquisa

Objetivos Específicos	Categorias de Análise	Elementos de Análise
Caracterizar a prática de gestão dos BCDs como gestão coletiva de bens comuns;	Usuários dos recursos	Perfil dos Usuários: econômico, e local de moradia.
	Tipos de recursos	Monetários, Não-Monetários e Não-concorrências
	Regras de uso do recurso	Regras

	Monitoramento do uso do recurso	Monitoramento
	Penalidades para quem descumpra as regras	Penalidades
Esclarecer a natureza da inovação presente na prática dos BCDs;	Finalidade /Orientação	Dimensão Social ou Econômica
	Estratégia	Cooperação ou Vantagem Competitiva
	Fatores	Ênfase no Capital Intelectual ou Financeiro
	Modo de Acesso	Mecanismo Público via Sociedade ou Estado ou Mecanismo de Mercado
	Complexidade/Modo de Uso/Apropriação	Crescimento Relacional/ Apropriação Social ou Crescimento a Nível Tecnológico/Apropriação Técnica
	Lócus da Inovação	Ações Comunitárias ou Voltadas para Empresas
	Processo de Inovação/Proveniência	Agentes Internos/ Agentes Internos e Agentes Externos ou Agentes Externos
	Difusão e apropriação do conhecimento	Baixa Proteção e Difusão da Inovação ou Alta Proteção e Monopólio
Identificar e descrever os desafios que se impõem na gestão de serviços financeiros como gestão de um bem comum.	Desafios/Conflitos	Gestão Democrática
		Estabelecimento das regras entre usuários
		Mobilização e incorporação de valores (cooperação, confiança e solidariedade)
		Responder demandas financeiras nos territórios
		Falhas de comunicação
		Descumprimentos das regras
		Aplicação de punições

Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

No próximo tópico serão descritas as principais características relacionadas ao caso estudado, bem como a sua relação com o tipo de inovação e os princípios de designer identificados por Elinor Ostrom (2000), que conduzem os usuários de um determinado recurso de uso comum a lograr êxito em sua gestão.

4. ANÁLISE DO CASO

O Banco Comunitário de Desenvolvimento dos Cocais (Banco dos Cocais) foi inaugurado em 12 de dezembro de 2007, com o objetivo de prestar serviços financeiros e solidários para a população do município de São João do Arraial, no PI, área de atuação do referido Banco, que possui cerca de oito mil habitantes e está localizada a 186 quilômetros de Teresina, a capital do estado. O Banco Comunitário dos Cocais busca levar inclusão social, financeira e solidária a famílias carentes em regime associativo com o objetivo de contribuir para melhoria na geração de trabalho e renda do município.

O Banco dos Cocais tem como organização gestora o Centro de Organização Comunitária e Apoio a Inclusão Social - COCAIS, organização sem fins lucrativos criada em 03 de maio de 2008. Sua atuação é pautada na articulação entre a oferta de microcrédito solidário em moeda social, microcrédito solidário em real e na assessoria e levantamento de necessidades aos empreendimentos e grupos solidários.

4.1 Finalidade do Banco dos Cocais

A finalidade de uma inovação é um dos critérios que diferenciam a inovação tecnológica da inovação social. Na inovação tecnológica a finalidade se volta para atender uma demanda de mercado (FRANÇA FILHO, 2016; 2017). A inovação, neste sentido, é conduzida pela busca do resultado econômico e do lucro (ANDRÉ; ABREU, 2006; BIGNETTI, 2011). Embora algumas organizações possam alegar que seus produtos ou serviços atendam a uma necessidade social, o princípio gerador da inovação está relacionado a conquistas de fatias de mercado, levando a organização inovadora a ter vantagem competitiva à frente de seus concorrentes (DAVILA; EPSTEIN; SHELTON, 2007). Além disso, boa parte dessas inovações não

representa uma necessidade para os consumidores, tendo os inovadores a obrigação de fomentar em seus clientes o hábito de consumir o novo produto ou serviço (SCHUMPETER, 1997).

Diferente de uma inovação tecnológica, o Banco dos Cocais se volta para resolver questões sociais, atendendo os interesses dos grupos sociais e da comunidade onde está inserido, típico da finalidade de uma inovação social (BIGNETTI, 2011). A necessidade social conduz todo o processo de inovação social, não sendo ela direcionada em primeira instância por questões econômicas, muito embora possa mobilizar recursos e empreender uma atividade econômica, mas desde que os critérios econômicos estejam subordinados à utilidade social da inovação (FRANÇA FILHO, 2016, 2017).

O banco foi pensado com a finalidade de procurar contribuir com o desenvolvimento da cidade de São João do Arraial das mais diversas formas. Seja no aspecto econômico, por meio do aumento da circulação de recursos financeiros no município através da moeda social, contribuindo com o aumento da geração de renda e facilitando o crédito para população desassistida pelo sistema financeiro convencional, bem como no aspecto sociocultural do município, através da circulação de uma moeda própria e dos símbolos que aduz, fazendo com que a promoção de atividades de educação venham a conscientizar a população para o uso mais consciente do dinheiro, de modo que não seja vista como uma forma de exploração do outro, mas sim como uma forma de dignidade humana.

Ele foi criado para as pessoas menos favorecidas, pessoas excluídas do sistema financeiro, que não tinham acesso a uma conta, que não tinha onde pagar seus tributos e precisavam sair do seu município para sacar seu Bolsa Família, sacar sua aposentadoria, entre outros benefícios sociais.

O banco também foi pensado para contribuir na mudança da realidade, que é a situação de boa parte dos pequenos municípios do país, de que a grande parte da população está a cargo de empregos e serviços advindos da prefeitura. Passados dez anos desde a implantação do banco, segundo entrevistado B, os objetivos do banco continuam os mesmos, pois ainda existem pessoas que dependem de apoio de assessoria técnica para sua produção e para seu comércio. No entanto, as demandas mudaram. O acesso ao mercado é hoje um dos grandes gargalos enfrentados pelo banco, pois houve o incentivo ao aumento da produção e esqueceu-se de trabalhar a parte da comercialização; então, hoje, as pessoas produzem, tem o mercado para vender, mas elas sentem dificuldade em acessá-lo. A venda é algo que ainda precisa ser superada. A demanda por empréstimo tem se voltado não para investir diretamente na produção, mas para desenvolver uma logomarca, uma embalagem, investir em propaganda, ou seja, meios que permitam ou ajudem a introduzir os produtos no mercado.

O fato de o banco estar buscando alternativas para inserir os produtos dos grupos que ele apoia no mercado, não significa que o lócus da sua atuação seja a empresa e/ou o mercado, como é típico da inovação tecnológica. Nessa forma de inovação seus altos investimentos são destinados a gerar mudanças que buscam a melhoria no desempenho da empresa visando uma estratégia de diferenciação no mercado (OCDE, 1997; BEGNETTI, 2011).

No caso do banco, assim como das demais inovações sociais, ele se destina, na sua grande maioria, às ações comunitárias, a partir dos esforços de seus próprios moradores que inicialmente contam com recursos escassos para alavancar a inovação (GOLDSMITH, 2010 apud BEGNETTI, 2011). Como resultado, espera-se a resolução de problemas sociais e a melhoria da qualidade de vida nas comunidades onde essas mudanças são implementadas (JULIANI, 2014; JEMÉNEZ, 2016).

Esse parece ter sido um papel fundamental realizado pelo banco que ao longo dos seus dez anos de existência vem contribuindo no desenvolvimento do município, contribuindo com a melhoria das condições de vida da população, seja através dos empréstimos, ou através da moeda social que melhorou a circulação de renda no território impulsionando o comércio local. Isto é visível na dinâmica do comércio, observada nas visitas ao município e pelos relatos dos

entrevistados. São João do Arraial, embora seja uma cidade pequena, possui um comércio aquecido, com vários empreendimentos, de diferentes tipos, como mercadinhos, farmácias, churrascarias, lojas de roupas, lanchonetes, loja de móveis, de peças de motos, oficinas de veículos, pousadas, entre outros. Segundo os entrevistados, os comerciantes que antes compravam um caminhão de mercadoria por mês, hoje compram cinco ou dez caminhões, saindo de três a quatro vezes de São João do Arraial para comprar mercadoria.

O banco também foi importante para o reconhecimento da cidade de São João do Arraial, tanto no estado do Piauí quanto em praticamente todo o Brasil. Outro fator importante atribuído ao banco é a valorização cultural, em especial, do babaçu, como uma fonte de renda para a economia local e o aumento da autoestima da população por ter um banco próprio, uma moeda local com característica do seu território de pertencimento.

Esse sucesso do banco é atribuído por seus membros a dois fatores. O primeiro está relacionado à boa relação estabelecida com as instituições parceiras, em especial as que fazem parte do Conselho Gestor, o que tem dado sustentabilidade ao banco e ao Centro Cocais, mesmo em momentos difíceis. Essa parceria foi importante desde o começo, principalmente porque estas instituições representam uma parcela significativa da sociedade civil, sendo assim, fundamental para alcance do segundo fator que foi a relação de confiança estabelecida entre o banco e a população de São João do Arraial, constituindo-se, portanto, um ponto fundamental para o banco chegar aonde chegou. Segundo Ostrom (2000), o estabelecimento da confiança entre os atores envolvidos no processo é fator preponderante para sustentabilidade da governança de um bem comum.

Na época da criação do banco existia a ideia de que o banco pertencia à prefeitura, mas com o passar do tempo a população foi percebendo que o banco e o centro dos cocais tinham apenas o apoio da prefeitura. Para uma das entrevistadas, foi justamente ao perceberem que o banco não era da prefeitura que se começou a consolidar a relação de confiança da população com o banco, e que se mantém até hoje.

Outro fator importante se deu principalmente pelo processo participativo de construção, onde eles viram que o que foi discutido, o que foi pensado e, o que foi planejado, com a participação de todos, tem dado certo. A credibilidade e a responsabilidade que as pessoas e as instituições que estão envolvidas nesse processo possuem, tem sido fundamental na criação desses laços.

A população criou uma relação forte de identidade com o banco, como se o banco fosse parte indissociável do município.

4.2 Os Desafios Presentes em sua Gestão

Abaixo serão descritos os desafios mencionados pelos entrevistados na gestão do BCD Cocais.

4.2.1 Coconstrução e gestão do empreendimento

Dentre os desafios apontados pelos entrevistados, ao menos um deles coloca novamente a inovação tecnológica em campo oposto à inovação social. A complexidade de criar uma inovação e as definições em relação ao modo de uso pelos seus apropriadores foi apontada pelos entrevistados como um importante desafio que vem sendo superado.

As diferenças entre as inovações estão relacionadas ao fato de que na inovação tecnológica há um crescimento a nível tecnológico e na inovação social esse crescimento é a nível relacional (GUTIÉRREZ, 2008). Para França Filho (2016, 2017), esses elementos indicam se a inovação encontra respaldo na vida das pessoas.

Um dos desafios mencionados pelos entrevistados estava relacionado ao fato de terem que pensar na criação de uma organização sem ter nenhuma experiência de como criar e gerir tal tipo de empreendimento. O Instituto Palmas realizou algumas formações sobre finanças solidárias, sobre o dia a dia do banco comunitário e sobre economia solidária, mas de forma pontual. Além disso, a realidade enfrentada pelo Banco Palmas na periferia de Fortaleza não se

aplicava à realidade de São João do Arraial, tendo os envolvidos no processo de criação e operação do banco a necessidade de adaptar ou construir novos instrumentos, pensar estratégias e discutir caminhos diferentes daqueles utilizados na criação do Banco Palmas. Além da falta de experiência, era preciso pensar em uma organização que funcionasse com êxito desde o início, que a população reconhecesse sua importância e apoiasse a iniciativa. Como se tratava de algo novo, não só para os envolvidos na sua construção, mas para toda população e, esse fato por si só já seria um fato gerador de desconfiança, a paralisação das atividades com pouco tempo de operação ou uma mudança na sua forma de funcionar poderia levar a um processo de desmobilização e descrença da população que dificilmente conseguiria ser revertido em um curto espaço de tempo. Reunir os envolvidos, pensar em uma forma de como iria funcionar e se manter foi, de fato, um grande desafio.

Ainda em relação à gestão do empreendimento, outro desafio enfrentado foi o de fazer com que parte da população entendesse que os empréstimos liberados pelo banco precisavam ser devolvidos. Isso ocorreu pela aproximação do banco com o poder público municipal, o que fez com que uma parte dos moradores - mas não todos - acreditasse que o banco pertencia à prefeitura e que, portanto, não precisavam devolver o valor recebido do empréstimo, pois era recurso a fundo perdido. Alguns, inclusive, faziam parte da gestão municipal e acreditavam que por isso não teriam implicações caso não realizassem o pagamento do empréstimo.

Segundo os entrevistados, para mudar essa concepção foi preciso investir no trabalho de conscientização dessa parcela da população, inclusive enfatizando o seu papel diante do coletivo, argumentando que o banco pertencia a toda população e que tinha o apoio da prefeitura, porém era uma instituição independente e os recursos que são utilizados para empréstimos têm como objetivo auxiliar a população em alguma situação que estejam vivendo, lembrando-lhes que, caso os valores não sejam ressarcidos, parte da população que espera pelo acesso ao crédito será prejudicada.

Os agentes, em alguns casos, precisaram realizar várias visitas ao empreendimento do tomador de crédito para que ele entendesse o papel do banco e da importância da contribuição dele para o alcance do objetivo planejado. A grande maioria cumpriu com o acordo, ficando apenas um ou outro sem quitar o empréstimo.

A descrença inicial da população, por não conhecer a experiência, foi outro grande desafio enfrentado na implantação e no decorrer dos primeiros anos da iniciativa. Esses desafios foram praticamente superados; praticamente porque uma iniciativa desse tipo está sempre em constante transformação. Levou um tempo para convencer a população de que eles poderiam ter um banco no município, e um banco criado e gerido por eles; Culturalmente falando, um banco com a cara do município, que tinha uma moeda própria com as características locais.

4.2.2 Desafios em responder a demanda e o fundo de crédito

Um dos maiores gargalos na criação de um banco comunitário é o fundo de crédito. Isso porque não existe regulamentação na legislação brasileira que permita aos órgãos públicos, mesmo em editais de apoio a bancos comunitários, destinar recursos para esses fins. O fundo de crédito é composto por doações que podem vir da própria população - por meio do que popularmente chamamos de vaquinha - de empresas ou organizações da sociedade civil na forma de parcerias, ou poderá ser composto a partir de uma série de realizações, como realização de rifas, bingos, prestações de serviços, em que um percentual daquele valor é destinado ao fundo do banco, entre outros.

O Banco dos Cocais, apesar de ter conseguido, ao longo dos anos, arrecadar um volume de recursos considerável - se comparado à realidade da maioria dos bancos comunitários que em média possuem um fundo de crédito de quinze mil reais (RIGO, 2014) - não possui recursos suficientes para atender a todos, devido à grande procura por parte da população.

A falta de mais recursos do fundo gera constantes desgastes entre a população e o banco, influenciando, inclusive, na credibilidade. Assim, acaba gerando pouca convicção, em relação

ao papel do banco de amenizar a exclusão financeira, sobretudo, por parte das pessoas que não conseguem acessar o crédito. No banco, é comum ter filas de espera para acessar esses recursos, apresentando situações em que as pessoas aguardam por mais de dois meses para liberação do crédito e, mesmo assim, não consegue ter acesso a ele. A limitação do fundo também traz insatisfação para aqueles moradores que são beneficiários dos créditos liberados pelo banco, pois, para determinados grupos o valor limite não atende completamente suas necessidades. Para alguns, o empreendimento aumentou a demanda, precisando ampliar o negócio; para outros, o valor liberado não é suficiente para comprar os insumos necessários para produzir.

Dentre todos os desafios apresentados, a limitação do fundo de crédito é o que tem gerado mais impacto em relação à atuação do banco, embora esse fato não possa servir como argumento para deslegitimar a atuação do banco e os benefícios até aqui proporcionados pela população.

4.2.3 Processos participativos

Uma das questões fundamentais para uma iniciativa ser considerada um BCD é a constante participação da população e empoderamento no seu processo de gestão (FRANÇA FILHO, 2010). No início das atividades do Banco dos Cocais, foi relatado pelos entrevistados que havia a participação de uma parcela considerável da população de São João do Arraial em todo o processo de construção. Esse envolvimento permaneceu até alguns anos depois da inauguração do banco, mas atualmente essa participação tem diminuído em todos os seus segmentos.

Neste sentido, um dos desafios presentes, atualmente, é fazer com que as pessoas voltem a participar ativamente da gestão do banco, seja individualmente, ou cobrando das entidades que lhes representam no conselho para que elas deem uma maior devolutiva da situação do banco e suas ações e, ao mesmo tempo, que leve suas reivindicações e sugestões com vista à melhoria dos serviços prestados pelo banco. O afastamento da população tem refletido também nos membros do Conselho Gestor.

Mesmo sendo considerado ativo pela maioria dos entrevistados, percebeu-se que tem existido dificuldade para garantir a participação de todos os membros nas reuniões do Conselho Gestor. Mesmo contando com a substituição dos membros titulares pelos seus suplentes tem sido constante a ausência de representantes de algumas das entidades nessas reuniões. Em algumas situações as reuniões chegam a ser canceladas por falta de foro mínimo para encaminhar as questões. Essa dificuldade tem levado a coordenação do Centro Cocais a tomar decisões que deveriam ser discutidas no conselho, mas que por falta de uma agenda comum e da urgência em encaminhar a decisão, acaba sendo tomada de forma individual.

Em relação aos comerciantes, Mauro Rodrigues, acredita que eles deixaram de participar das reuniões mais gerais, e até mesmo das reuniões que são realizadas para eles, por estarem sempre muito atarefados e porque também já entendem como os processos funcionam, não havendo, assim, necessidade de participar.

Mesmo eles já conhecendo todo o processo e mesmo sabendo que esse tem sido um dos gargalos para todos os BCDs existentes, a participação dos comerciantes no processo de gestão do banco é fundamental para sustentabilidade da iniciativa. Da mesma forma, se põe a necessidade de reanimar o conselho para que ele volte a participar mais ativamente da gestão do banco. O conselho é fundamental para fazer com que a comunidade volte a participar mais ativamente das decisões do banco.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo geral compreender os desafios suscitados na gestão dos serviços de finanças solidárias, realizados por meio de Bancos Comunitários como modalidade de um bem comum.

Buscou-se responder a esse objetivo a partir do estudo de caso único no Banco Comunitário dos Cocais.

Nesse sentido, diante das observações apresentadas pelos dados coletados, pode-se concluir que o Banco dos Cocais é uma inovação social. Dessa forma, podemos inferir que a gestão coletiva de bens comuns pode ser efetuada com êxito por esse tipo de inovação, permitindo solucionar problemas de recursos escassos.

Contudo, cabe ressaltar a existência de desafios que se impõem na gestão de serviços financeiros como gestão de um bem comum. Esse ponto trata do último objetivo específico da presente pesquisa, que está relacionado a quatro aspectos: *ao limite do fundo de crédito solidário*, que tem impedido que o banco amplie a sua atuação no território; a *diminuição da participação da população nas atividades promovidas pelo banco*, tanto dos comerciantes, quanto dos demais moradores, incluindo os membros do Conselho Gestor; *ao contexto político do território*, que vem diminuindo a sua influência no que diz respeito a resistência em relação ao banco, mas que ainda possui influência; *processo de coconstrução e gestão do empreendimento*, mas este foi praticamente superado após os anos de aprendizagem na gestão coletiva deste empreendimento.

No tocante ao questionamento proposto no presente estudo – Quais os desafios suscitados na gestão de serviços de finanças solidárias como modalidade de um bem comum? – conclui-se que a população de São João do Arraial, através da cooperação entre seus atores construiu uma organização de forma inovadora, capaz de estabelecer regras de coordenação que tem contribuído para superar os desafios de sua gestão e gerar resultados vantajosos para sua população, que de forma independente não haveriam conseguido. Essa organização se chama Banco dos Cocais, uma inovação social construída e gerida pelos próprios moradores de sua cidade.

Por fim, esse estudo contribuiu para uma melhor compreensão das práticas de bancos comunitários no tocante a gestão de recursos financeiros de uso comum. Além de possibilitar aos atores a identificação dos desafios que estão presentes neste tipo de iniciativa.

REFERÊNCIAS

- BIGNETT, L. P. As inovações sociais: uma incursão por ideias, tendências e focos de pesquisa. **Ciências Sociais Unisinos**, v.47, n.1, p.3-14, jan./abr. 2011.
- BROZEN, Y. Invention, innovation, and imitation. **American Economic Journal**, v.41, n 2, p. 239-257, mai. 1951.
- CAJAIBA-SANTANA, G. Social innovation: Moving the field for ward. A conceptual framework. **Technological Forecasting and Social Change**. V.84, p.42-51, fev. 2014.
- CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M. Innovation systems and local productive arrangements: new strategies to promote the generation, acquisition and diffusion of knowledge. **Journal Innovation: organization & Management**, v.7, n.2, p. 172-187, 2005.
- CAREGNATO, R. C. A.; MUTTI, R. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. **Revista Texto Contexto**, v 15, n 4, p.679-684, out/dez, 2006.
- CLOUTIER, J. Qu'est-ce que l'innovation sociale? **Crises – Centre de recherche sur les innovations sociales**, ET0314, 2003. Disponível em: www.crisis.uqam.ca. Acesso em: 26/12/2016.
- COLLIS, J.; HUSSEY, R. **Pesquisa em Administração**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.
- CRESWELL, J. W. **Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- CROSSAN, M. M.; APAYDIN, M. A Multi-Dimensional Framework of Organizational Innovation: A Systematic Review of the Literature. **Journal of Management Studies**, v. 47, n. 6, p. 1154-1191, 2010.
- DAWSON, P; DANIEL, L. Understanding social innovation: A provisional framework. International. **Journal of Technology Management**, v.51, n.1, p. 9–21, 2010.

DÁVILA, T; EPSTEIN, M. J.; SHELTON, R. Organizando para inovar: como estruturar uma empresa para a inovação. In: RUBENICH, R. (Trad.). **As regras da inovação**. Porto Alegre: Bookman, 2007, p.104 – 133.

EDWARDS-SCHACHTER, M., WALLACE, M. Shaken, but not stirred: Sixty years of defining social innovation. **Technological Forecasting & Social Change**, v. 119, p. 64-79, jun. 2017.

FARFUS, D.; ROCHA, M. C.S. Inovação social: um conceito em construção. In: **Inovações sociais**. Farfus, D.; Rocha, M. C. de S. (Org.) Curitiba: SESI/SENAI/IEL/UNINDUS, 2007, p.13-32.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FRANÇA FILHO, G. C. **Incubação Tecnológica em Economia Solidária e Inovação: na Busca de um Outro Paradigma para a Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) – O Caso do Projeto Finep-MTur**. Relatório Técnico– Convênio Finep/MTur. Salvador-BA. 2016.

_____. Incubação tecnológica em economia solidária: na fronteira de um outro paradigma em CT&I ? In: Addor (Org.) **Incubadoras Tecnológicas de Economia Solidária: concepção, metodologia, prática e avaliação**. Rio de Janeiro: Nides/UFRJ, no prelo, 2017.

FROST & SULLIVAN. **Inovação Social para responder aos desafios da sociedade**. Hitachi, Ltd. 2014.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **RAE – Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n.2, p. 57-63, 1995.

GREGOIRE, M. Exploring various approaches of social innovation: a francophone literature review and a proposal of innovation typology. **RAM – Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v. 17, n. 6, p. 45 – 71, nov./dez. 2016.

GUTIÉRREZ, A. C. M. Innovación social: una realidad emergente en los procesos de desarrollo. **Revista de Fomento Social**, nº 251, p. 411-444, jul/set. 2008.

HARDIN, G. The tragedy of the commons. **Science**, New Series, v. 162, n. 3859, p. 1243-1248, dez. 1968.

HERRERA, M. E. B. Creating competitive advantage by institutionalizing corporate social innovation. **Journal of Business Research**, v. 68, n. 7, p. 1468-1474, 2015.

IPEA. **O Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS)**, 2011. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/SIPS/110112_sips_bancos.pdf> Acesso em: 10 mar. 2017.

JIMÉNEZ, D. R.; LÉON, P. L. La Innovación Social Como Transformación de Comunidades: El Modelo Del Parque Científico De Innovación Social-Colombia. **Navus: Revista de Gestão e tecnologia**, v. 6, n. 4, 2016, p. 88-97.

KOKU, P. S. Financial exclusion of the poor: a literature review. **International Journal of Bank Marketing**, v. 33, n. 5, 2015, p.654-668.

LAVILLE, C. ; DIONNE, J. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Heloisa Monteiro e Francisco Settineri. (trad.) — Porto Alegre: ARTMED, 1999.

LETTICE; F.; PAREKH, M. The social innovation process: themes, challenges and implications for practice. **International Journal of Innovation and Technology Management**, v. 51, n. 1, 2010, p.139-158.

MULGAN, G. The process of social innovation. **Innovation**, v. 1, n. 2, p. 145-162, 2006.

NEUMAN, L. **Social Research Methods: Qualitative and Quantitative Approaches**. 3. ed. Boston: Allyn & Bacon, 1997.

OCDE. Centre for Educational Research and Innovation (CERI). (Centro para Pesquisa e Inovação em Educação). Manual d’Oslo, Paris (FR): OECD, 1997.

OSTROM, E. **El gobierno de los bienes comunes: la evolución de las instituciones de acción colectiva**. México: Universidad Nacional Autónoma de México. 2000.

- PHILLS Jr., J. A.; DEIGLMEIER, K.; MILLER, D. T.. Rediscovering Social Innovation. **Stanford Social Innovation Review**, 2008, p. 34-43.
- PLANING, P. On the origin of innovations: The opportunity vacuum as a conceptual model for the explanation of innovation. **Journal of Innovation and Entrepreneurship**, v.6, n.1, p. 1–18, 2017.
- POL, E.; VILLE, S. Social innovation: Buzz word or ending term? **Journal of Socio-Economics**, v. 38, n.6, p. 878-885, Dez. 2009.
- SAUNDERS, M.; LEWIS, P.; THORNHILL, A. **Research Methods for Business Students**. 4. ed. Harlow: Pearson Education, 2007.
- SCHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento econômico**. Uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. Tradução da Maria Sílvia Possas. São Paulo: Nova Cultural LTDA, 1997.
- SILVA, S. B. Inovação social: um estudo preliminar sobre a produção acadêmica entre 2001 e 2011. In: VIII CONVIBRA ADMINISTRAÇÃO – Congresso Virtual Brasileiro de Administração – www.convibra.com.br. **Anais eletrônicos**, 2011. Disponível em: <http://convibra.com/upload/paper/adm/adm_2597.pdf>. Acesso em: 18 jun 2017.
- SILVA, D.O.; BAGNO, R.B.; SALERNO, M.S. Models for innovation management: review and analysis of the literature. **Journal Scielo Analytics**, v. 24, n.2, p. 477-490, Abr./Jun. 2014.
- STEWART, I; FENN, P. Strategy: the motivation for innovation. **Construction Innovation**. 2006. Vol. 6 Issue: 3, pp.173-185.
- TERBORGH, G.W. Capitalism and Innovation. **The American Economic Review**, v.40, n. 2, p. 118-123, mai. 1950.
- TIDD, J. Innovation management in context: environment, organization and performance. **International Journal of Management Reviews**, v. 3, n. 3, p. 169-183, 2001.
- VAN DER HAVE, R.P.; RUBALCADA, L. Social innovation research: An emerging area of innovation studies? **Research Policy**, v.45, n.9, p.1923–1935, nov. 2016.
- YIN, R. K. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2015.